

# Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita projetada sobe, e governo reduz contenção ..... 2

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal libera consulta ao 35 lote do Imposto de Renda 2025 ..... 4

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O placar de julgamento com impacto multibilionário para a Light no Carf ..... 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

1º LOTE DE PAGAMENTOS começam amanhã ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Para analistas, governo erra ao considerar receitas ainda incertas ..... 8

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado com ação na Justiça deve fazer as contas antes de aceitar acordo ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Operação da PF no Amapá tem suplente de Alcolumbre como alvo ..... 10

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CIDADE  
SERVIDOR PÚBLICO

Saúde é o tema mais sugerido pela população ao Plano Plurianual ..... 11

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

IOF: o imposto camaleônico que afeta seu bolso-e o país (Artigo) ..... 13

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Política de data centers deve custar R\$ 700 bi em isenções tributárias ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Tarifas podem tirar R\$ 175 bi da economia ..... 18

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

Frutas estão até 30% mais caras nas feiras de Belém ..... 19

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

Inflação começa a ceder para mais pobres ..... 20

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Com juro alto e clima ruim, agro recorre à recuperação judicial ..... 21

# Receita projetada sobe, e governo reduz contenção

Impulsionado pela receita projetada com novo leilão do pré-sal e pela expectativa de arrecadação maior do que o esperado com Imposto de Renda (IR), o governo reduziu significativamente a contenção de gastos do Orçamento anu-ciacla há dois meses. Além disso, melhorou a previsão para o resultado primário do ano, para déficit de R\$ 26,3 bilhões, o que representa folga de R\$ 4,7 bilhões em relação ao piso da meta. Os dados foram divulgados na terça-feira, 22, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao terceiro bimestre.

A contenção total de gastos do Orçamento foi reduzida de R\$ 31,3 bilhões para R\$ 10,7 bilhões. Com isso, serão liberados R\$ 20,6 bilhões para uso dos ministérios e demais órgãos públicos. As agências reguladoras, por exemplo, deverão ser contempladas com recursos no fim deste mcs. O valor de R\$ 4,7 bilhões que estava congelado em emendas parlamentares também foi liberado para uso.

Já o contingenciamento, que estava em RS 20,7 bilhões, foi revertido totalmente, devido à expectativa de ingresso de novas receitas neste ano, em especial RS 14,8 bilhões com o leilão de áreas não contratadas do pré-sal. Esse leilão, conforme mostrou o Valor, está previsto para ser realizado em novembro. Já o bloqueio de recursos teve aumento marginal de apenas RS 100 milhões, passando de RS 10,6 bilhões para RS 10,7 bilhões.

O bloqueio é realizado para o cumprimento do limite de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal, enquanto o contingenciamento é

feito para cumprir meta fiscal.

Em entrevista coletiva concedida para detalhar o relatório, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, afirmou que o aumento apenas marginal no bloqueio foi reflexo das medidas em curso de contenção de despesa, como nos casos de benefícios previdenciários e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Já o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o descontingenciamento será importante para retomar investimentos que estavam parados, devido ao atraso na aprovação do Orçamento deste

ano e à contenção realizada em maio.

Com a melhora na previsão de receitas, o governo passou a prever que terminará o ano com déficit de RS 26,3 bilhões, ante R\$ 31 bilhões estimados no relatório de maio. A meta para 2025 é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou para menos, o equivalente a RS 31 bilhões.

A meta permite, no entanto, desconsiderar RS 45,3 bilhões de precatórios, assim como os RS 3,3 bilhões do crédito extraordinário aberto para ressarcir aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) lesados por descontos associativos indevidos. Quando somados esses fatores, o déficit "real" esperado para o

Descontingenciamento será importante para retomar investimentos parados Rogério Ceron

governo central é de RS 74,9 bilhões, ou 0,6 % do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Na entrevista o secretário-executivo do Ministério da Fazenda,

Dario Durigan, afirmou que o governo continuará perseguindo o centro da meta fiscal, de déficit zero, seja considerando o eventual empoçamento de recursos no fim

do ano ou com outras medidas administrativas a serem tomadas. Os recursos empoçados são aqueles que os ministérios e órgãos do governo federal têm autorização para gastar, mas que por questões burocráticas ligadas ao trâmite do Orçamento não foram efetivamente gastos. O empoçamento de recursos aumenta o resultado primário do governo federal.

Nesta terça-feira, Durigan voltou a alegar que o governo federal, do ponto de vista jurídico, não pode contingenciar mais do que o limite inferior da meta. Embora a equipe econômica sustente que não há viabilidade jurídica para

contingenciar buscando o centro da meta, o Tribunal de Contas da União (TCU) já fez alertas de que esse argumento não é válido, ao dizer que o governo

deveria buscar o centro, e não o limite inferior, na hora de contingenciar. O TCU faz o controle externo e é responsável pelo parecer prévio das contas do presidente da República.

Sobre a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, esclareceu que a manutenção do decreto, validada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na última semana, deverá gerar arrecadação de R\$ 8,4 bilhões entre julho a dezembro deste ano. Além disso, já foi observada nova arrecadação nessa rubrica em junho, quando o primeiro decreto ainda estava em vigor, antes de ser susinado pelo Congresso Nacional. Para 2026, segundo cálculo do secretário, a arrecadação com as novas alíquotas do IOF deverá ser de R\$ 27,7 bilhões.

Na entrevista, Barreirinhas também afirmou que houve reação na arrecadação em maio e junho, principalmente com a elevação de receitas de IR.

Sobre a meta de resultado primário de 2026, os secretários reafirmaram que está mantida, de forma que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional vai prever um superávit de 0,25% do **PIB** no próximo ano. Para isso, a equipe econômica conta com as medidas em tramitação no Congresso e o corte de benefícios tributários. Por fim, esclareceram que o relatório não considerou eventual medida para proteger setores da economia afetados pelo tarifaço prometido pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188272?page=1&section=1>

# Receita Federal libera consulta ao 35 lote do Imposto de Renda 2025

A **Receita Federal** abrirá, nesta quinta-feira (24), a consulta ao terceiro lote de restituição do Imposto de Renda 2025. Contribuintes que enviaram a declaração ou saíram da malha fina até 16 de julho poderão receber os valores.

A consulta para saber se está no lote pode ser feita no site Consultar Restituição, neste link. E preciso informar CPF do contribuinte, data de nascimento e ano de exercício, que é 2025. Também é possível conferir se foi contemplado por meio do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita), com senha do portal Gov.br nível prata ou ouro.

O terceiro lote contempla 7,2 milhões de contribuintes, que receberão R\$ 10 bilhões no dia 31 de julho. Do total, R\$ 557,8 milhões serão destinados a contribuintes com prioridade legal, incluindo 15.988 restituições para idosos acima de 80 anos, 83.575 para quem tem entre 60 e 79 anos, 11.298 restituições para contri-

buintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e 35.315 a contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Além disso, 6,3 milhões de restituições serão pagas a quem fez a declaração pré-preenchida do IR ou escolheu receber a restituição por Pix. O lote pagará ainda 756 mil restituições a contribuintes não prioritários. A Receita disponibiliza, ainda, o aplicativo para tablets e celulares. No celular, o fisco costuma enviar um push informando ao contribuinte que a restituição foi liberada assim que a consulta é aberta.

## BANCOS

O pagamento da restituição é feito na conta bancária informada pelo contribuinte ao declarar, desde que seja de sua titularidade, ou por meio do Pix, se ele escolheu essa opção e caso a chave Pix seja o seu CPF. Se a restituição não for paga, é possível reagendar o crédito no Banco do Brasil no prazo de até um ano. No entanto, o contribuinte pode corrigir dados bancários da declaração neste período e recebe na conta de sua titularidade.

O reagendamento da restituição é feito no

site <https://www.bb.com.br/irpf>, ou ligando para a

central de relacionamento BB pelos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-7290001 (demais localidades) e 0800-7290088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos). Ao utilizar esse serviço o contribuinte deve informar o valor da restituição e o número do recibo da declaração.

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição em um ano, o pedido do crédito deve ser feito no e-CAC, em "Declarações e Demonstrativos", no Meu Imposto de Renda, clicando em "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária". O prazo para declarar o IR sem pagar multa já acabou. Neste ano, foi de 17 de março a 30 de maio. Quem é obrigado a prestar contas e perdeu a data-li-mite deve enviar a declaração. Há multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

O calendário de restituição do IR tem cinco lotes anuais, pagos de maio a setembro. O primeiro deles foi liberado no dia 30 de maio, último dia para entregar a declaração deste ano, e o último sairá em 30 de setembro.

## Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3195#book/>

# O placar de julgamento com impacto multibilionário para a Light no Carf

*Rennan Setti*

A Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), espécie de última instância de processos tributários, voltou a julgar ontem um processo com impacto multibilionário para a Light, que deve definir a jurisprudência para distribuidoras de energia em todo o Brasil. O caso em questão trata da possibilidade de dedução das chamadas perdas não técnicas - os "gatos" - da base de cálculo do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) da companhia.

O processo começou a ser julgado em março, e o primeiro voto, do relator, foi favorável à Light. Mas um pedido de vista e uma greve dos auditores fiscais no meio do caminho fizeram com que o julgamento só fosse retomado agora. Na sessão de ontem, a conselheira Edeli Pereira Bessa deu voto contrário à distribuidora, empatando o placar em 1 a 1. No entanto, o conselheiro Luis Henrique Toselli pediu novo pedido de vista, e a expectativa agora é que o julgamento seja retomado (e encerrado) em setembro. Oito conselheiros votam ao todo, e é a primeira vez que a CSRF julga o tema.

Como já contou a coluna, o Fisco lavrou dois autos de infração contra a Light - em 2016 e 2017, no valor total de R\$ 2 bilhões - com o argumento de que o imposto é devido. A Light discordou e, em abril do ano passado, obteve vitória no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão que julga disputas entre contribuintes e o Fisco. Mas a Fazenda recorreu à CSRF, que só julga casos quando há divergência de decisões do **Carf** sobre casos semelhantes.

A Fazenda argumenta que a dedução do imposto dependeria da apresentação de boletins de ocorrência sobre cada furto de energia. Para as distribuidoras, isso demandaria centenas de milhares de BOs por ano e seria inviável.

A Light é defendida nos processos na CSRF pelos escritórios Pinheiro Neto - os advogados Carlos Henrique Bechara, João Rafael Gândara e Luiz Paulo Romano já estruturaram a tese de defesa em outros casos semelhantes - e BMA.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/blogs/capital/post/2025/07/o->

***placar-de-julgamento-com-impacto-multibilionario-para-  
a-light-no-carf.ghml***

# 1º LOTE DE PAGAMENTOS começam amanhã

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) inicia amanhã a devolução dos valores descontados indevidamente de aposentados e pensionistas do órgão. Os depósitos serão feitos juntamente com o calendário de pagamento de benefícios de julho.

Até agora, 839 mil beneficiários já aderiram ao plano de ressarcimento, o que representa 40,4% dos 2,05 milhões de segurados que podem fazer parte do acordo, diz o **INSS**.

O pagamento será feito de forma integral, corrigido pela **inflação** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), com depósitos diários para até 100 mil pessoas. A fila de pagamentos seguirá a ordem cronológica de adesão, ou seja, quem aceitar primeiro a proposta será ressarcido antes.

De acordo com o **INSS**, o prazo para adesão continua aberto. É possível aderir ao acordo pelo aplicativo Meu **INSS** ou de forma presencial nas agências dos Correios.

Ainda é possível contestar os descontos indevidos, com prazo até, pelo menos, 14 de novembro de 2025. A adesão ao acordo, no

entanto, continuará disponível mesmo após essa data.

A adesão ao acordo é obrigatória para quem deseja receber os valores de forma administrativa, diretamente na conta em que recebe a aposentadoria ou pensão, sem necessidade de recorrer à Justiça.

O pagamento será integral, mas condicionado à desistência de ação judicial contra o **INSS** com pedido de indenização por danos morais ou devolução em dobro. Ainda será possível, no entanto, acionar no Judiciário a entidade que realizou o desconto.

O valor a ser recebido pode ser consultado antes da adesão, tanto pelo aplicativo ou site Meu **INSS** quanto presencialmente em uma agência dos Correios. A assinatura do acordo é gratuita, não exige envio de documentos e deve ser feita exclusivamente por esses dois canais.

Segundo dados do próprio **INSS**, mais de 4,5 milhões de beneficiários afirmam não ter autorizado os descontos em seus benefícios. Em contraste, apenas

109 mil reconhecem que autorizaram os débitos.

Quem tem direito e pode aderir ao acordo?

O acordo permite que aposentados e pensionistas que sofreram descontos indevidos entre março de 2020 e março de 2025 recebam os valores de volta por via administrativa. Após o aceite do acordo, o valor será depositado automática-

mente na conta bancária em que o segurado já recebe o benefício previdenciário.

No momento, estão aptos a aderir ao acordo os beneficiários que contestaram os descontos indevidos e não receberam resposta da entidade após 15 dias úteis.

E os casos com resposta

de entidades?

Segundo o **INSS**, nos casos em que a entidade respondeu, os documentos estão sendo analisados e, enquanto isso ocorre, ainda não é possível aderir ao acordo. O beneficiário será notificado e poderá, pelo aplicativo Meu **INSS**

ou em uma agência dos Correios, aceitar os documentos, contestá-los por suspeita de fraude ou não reconhecer a assinatura.

Se o aposentado contestar a validade da documentação, a entidade será intimada a devolver os valores no prazo de cinco dias úteis e o caso vai passar por uma auditoria. Se a entidade não fizer a devolução, o beneficiário será orientado a buscar assistência jurídica para entrar com uma ação judicial.

O **INSS** diz que está propondo uma parceria com as Defensorias Públicas para o apoio jurídico aos beneficiários nesses casos (Da Folhapress).

**Site:** [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-2307202504%20-%20d00dd56b0a7e808065664f82c16eb658.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-2307202504%20-%20d00dd56b0a7e808065664f82c16eb658.pdf)

# Para analistas, governo erra ao considerar receitas ainda incertas

**I FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, DANIEL TOZZI MENDES e ANNA SCABELLO**

Especialistas disseram que o descongelamento de recursos do Orçamento anunciado ontem pela equipe econômica prevê receitas incertas, como é o caso de áreas ainda não licitadas de exploração de petróleo, o que pode trazer problemas para fechar as contas.

O economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, entende que a equipe econômica "erra" ao liberar agora os R\$ 20,6 bilhões contingenciados em abril com base na expectativa de aumento da receita.

"O governo vem interpretando, não é de hoje, que ele só pode contingenciar tendo em vista o limite inferior, e não o centro da meta (fiscal). Então, promoveu esse (descongelamento)", disse. Segundo ele, o valor foi liberado "com base numa receita incerta, numa receita pontual, uma receita atípica".

Para o economista da XP Investimentos Tiago Sbardelotto, o governo fez previsões "otimistas" para arrecadação.

"Houve a inclusão da arrecadação de petróleo de áreas não contratadas, que pode render R\$ 16 bilhões, segundo o (Ministério do) Planejamento. Só que a entrada desse recurso no caixa depende de várias etapas: publicar o edital, ter um cronograma, ser revisado por órgãos reguladores, e tudo isso obviamente demanda um tempo.

Então, é pouco provável que esses recursos entrem no Orçamento deste ano", disse.

A tese é compartilhada pelo economista-chefe da ARX, Gabriel Barros. Para ele, apenas no fim do ano, quando acontecerá o leilão de petróleo de áreas excedentes do pré-sal, será possível avaliar se os valores da rubrica vão se confirmar.

"O risco que existe está na receita recorrente, que é ligada à atividade econômica. Se tivermos uma desaceleração econômica ao longo do segundo trimestre até o fim de 2025, o governo pode voltar a fazer bloqueio ou contingenciamento." A economista-chefe e sócia da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro, também criticou a liberação de recursos amparada em receitas ainda não disponíveis. "Há décadas que

fazemos ajuste fiscal com base em receitas extraordinárias", afirmou ela.

**GASTOS OBRIGATÓRIOS.** Além da previsão de receitas incertas, Barros afirmou haver ainda pouca clareza sobre como tratar as despesas obrigatórias. Segundo ele, os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) estão fora de controle, enquanto os da Previdência, por ora, estão contidos "artificialmente" pelo represamento da fila do **INSS**. Essa "panela de pressão", diz, pode trazer problemas em 2026.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Aposentado com ação na Justiça deve fazer as contas antes de aceitar acordo

Aposentados e pensionistas que já ingressaram com ações na Justiça para reaver valores descontados indevidamen-

te por associações devem avaliar com atenção se vale a pena abrir mão do processo para aderir ao acordo do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Pelo acordo, o segurado que desistir da ação e optar pela devolução administrativa receberá os valores corrigidos pelo IPCA.

Além disso, o **INSS** se compromete a pagar 5% de honorários advocatícios ao advogado que atua na causa, percentual que se aplica apenas a ações ajuizadas até 23 de abril de 2025.

O percentual será calculado exclusivamente sobre o valor simples descontado da folha de pagamen-

to. Com isso, eventuais indenizações por dano moral ou devolução em dobro, que podem ser reconhecidas em algumas decisões judiciais, ficam de fora do pagamento.

Para Shynaide Mafra, presidente da Comissão Especial de Direito Pre-videnciário da OAB Na-

cional, o segurado deve conversar com seu advogado antes de tomar qualquer decisão. Assim, poderá entender com clareza quais valores tem a receber e quanto será destinado ao profissional que o representa.

Os pagamentos dos valores para aqueles que

aderirem ao acordo serão iniciados nesta quinta-feira (24), com depósitos diários para até 100 mil pessoas. O plano prevê que a fila de pagamentos seguirá a ordem cronológica da adesão, ou seja, quem aceitar primeiro a proposta será ressarcido antes.

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3195#book/>

# Operação da PF no Amapá tem suplente de Alcolumbre como alvo

A Polícia Federal (PF) deflagrou, na terça-feira (22), a Operação Route 156, para aprofundar as investigações sobre um suposto esquema criminoso de direcionamento de licitações e desvio de recursos públicos vinculados a contratos de manutenção e recuperação da rodovia BR-156, no Estado do Amapá. O empresário Breno Chaves Pinto (União-AP), que é segundo suplente do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), foi um dos alvos da ação.

Em nota divulgada pela assessoria, Alcolumbre declarou não ter nenhuma relação com os investigados e com a atuação empresarial de seu suplente. O senador não é alvo nem foi citado na investigação. "Alcolumbre reitera seu respeito às instituições e entende que todos os envolvidos devem prestar os devidos esclarecimentos à justiça, respeitado o devido processo legal."

Ao todo foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá. Além das buscas, a Justiça determinou o afastamento cautelar por dez dias do Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) do Amapá e de uma servidora da autarquia, ambos suspeitos de participação no esquema.

A PF informou ainda que também foi autorizado o bloqueio judicial de bens e valores dos investigados no montante total de cerca de R\$ 8 milhões, valor equivalente aos saques em espécie e às movimentações financeiras consideradas atípicas identificadas durante a investigação.

As investigações indicaram a existência de uma organização criminosa estruturada no âmbito da Superintendência Regional do Dnit, que teria fraudado o caráter competitivo de pelo menos quatro pregões eletrônicos, totalizando mais de R\$ 60 milhões em contratos. As apurações contaram com o auxílio da Contro-ladoria-Geral da União (CGU).

"A PF e a CGU verificaram indícios que o grupo atuava por meio da montagem de certames licitatórios simulando concorrência, com propostas fictícias e cláusulas indevidamente restritivas nos editais, além de omissões propositais de **servidores públicos** no dever de fiscalizar e instaurar processos

administrativos diante de irregularidades", informou a Polícia Federal.

O Valor não conseguiu contato com Breno Chaves Pinto. Em nota, o Dnit disse que colabora com a investigação. "As instâncias de integridade da autarquia também estão apurando os fatos a fim de adotarem medidas administrativas que forem necessárias."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188272?page=1&section=1>

# Saúde é o tema mais sugerido pela população ao Plano Plurianual

**Luiz Felipe Leite** [luiz.leite@rac.com.br](mailto:luiz.leite@rac.com.br)

A população de Campinas contribuiu com 2.836 sugestões ao Plano Plurianual (PPA) da cidade para os próximos quatro anos. São 573 recomendações a mais do que as feitas no plano anterior, realizado em 2020. As áreas mais abordadas pelos campineiros na consulta online, ocorrida entre os dias 17 de maio a 17 de junho de 2025, foram a saúde, com 295 propostas, transporte e mobilidade, com 253 sugestões, e cultura e turismo, com 246 solicitações. O PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo da Prefeitura. O documento define as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração. Ele precisa ser encaminhado para a análise da Câmara de Vereadores até o próximo dia 30 de agosto.

A Secretaria de Finanças de Campinas é a responsável pela criação do Plano Plurianual.

De acordo com a Pasta, os setores do meio ambiente (219) e educação (210) também foram bastantes citados pela população da cidade. No PPA de 2020, as áreas que receberam mais sugestões dos campineiros e campineiras foram educação (451), saúde (284), cultura (259), segurança (183) e pavimentação (173).

Em relação ao local de residência das pessoas que enviaram as solicitações ao Plano Plurianual, destaca-se o bairro Swiss Park com 764, o equivalente a praticamente 27% de todas as sugestões.

Na sequência, aparecem o Centro, com 178 demandas, Barão Geraldo, com 67, Parque Prado, 65, e o Bosque das Palmeiras, 56.

Segundo o secretário de Finanças de Campinas, Aurílio Caiado, os temas mais citados pela população na consulta pública feita pela internet não surpreenderam.

"Eram assuntos que a prefeitura estava esperando, pois os **servidores públicos** já tinham nos relatado que, ao conversar com os munícipes, perceberam que essas (áreas abordadas pelos cidadãos) são as principais dores da cidade", explicou.

Ainda de acordo com Caiado, os bairros e distritos com mais sugestões são formados por pessoas com uma mobilização maior do que em outras regiões da

cidade.

"Parece-me que as lideranças desses bairros e distritos mobilizaram e motivaram os moradores a contribuir com o processo do PPA. A participação popular é um processo de aprendizado muito importante." PROBLEMAS O Correio Popular esteve na tarde de ontem no Swiss Park, onde conversou com moradores da região. Segundo o levantamento divulgado pela Prefeitura, os munícipes sugeriram questões ligadas a água e saneamento (64 demandas), meio ambiente (63) e resíduos sólidos e atenção à primeira infância (60 cada).

Além das citadas, os entrevistados que moram ou circulam pela região destacaram problemas em relação ao trânsito local, principalmente na entrada mais antiga do bairro. Ela está localizada onde fica a Torre do Relógio, em uma rotatória que permite a ligação entre a Avenida São José dos Campos, por cima da Rodovia Anhanguera (SP-330), o Swiss Park e a própria Anhanguera, no sentido São Paulo. Os moradores do bairro reclamaram da alta quantidade de veículos nos horários de pico, no início da manhã e no final da tarde.

Um deles é o aposentado Jorge Nakayama. Ele vive no Swiss Park há 8 anos e contou que em determinadas horas do dia perde-se muito tempo para entrar e sair do bairro. "Apesar de estar aposentado e não precisar me preocupar tanto com os horários para me deslocar, é um problema grave que afeta muito a região", comentou.

Quem também analisou a situação foi o jornalista Guilherme Pichonelli. Ele lembrou a origem do Swiss Park, que nasceu como um bairro planejado e horizontal.

"Com o crescimento do bairro e a especulação imobiliária, começaram a vir comércios e um plano vertical para o bairro, tanto que hoje há vários prédios. Inclusive, eu moro em um deles.

Essa mudança de panorama vai trazer mais pessoas para cá. Meu ponto é que as vias daqui já não comportam pessoas que utilizam outros meios de transporte fora os carros e ônibus, como as bicicletas, que é o meu caso." Outro ponto de atenção na região foi revelado pelo engenheiro Carlos Eduardo

Gonçalves Uchoa Maia. Ele reclamou do surgimento de escorpiões nas casas que ficam no entorno do Parque Botânico Amadeu Aguiar, administrado pela Associação dos Proprietários do Swiss Park (Master Swiss Park) desde 2023. "Não aconteceu na minha casa, mas tivemos vários vizinhos com esse problema, que é o surgimento de animais peçonhentos.

Tenho crianças comigo, então eu triplico os cuidados necessários para evitar acidentes", relatou.

**PARTICIPAÇÃO** Na avaliação do professor de Ciências Sociais da UniArnaldo - Centro Universitário, de Belo Horizonte, Luciano Gomes dos Santos, a participação popular na construção de um Plano Plurianual é muito importante, pois trata-se de um instrumento que organiza as prioridades da Prefeitura para os próximos quatro anos, e define as ações que o governo municipal pretende executar nesse período. "O PPA é uma referência, pois transforma promessas em planejamento e sonhos em metas concretas. Já a participação popular do povo é essencial para fortalecer a democracia e cidadania ativa. E também há o compromisso coletivo da população com a cidade, ao ajudar a identificar as prioridades locais que nem sempre aparecem nos gabinetes da Prefeitura, estimulando o controle social e a transparência na gestão pública." Ainda segundo o especialista, é importante ressaltar que a participação da população na consulta on-line atinge mais moradores de bairros e distritos com melhores condições econômicas e sociais. "Os moradores de bairros nobres têm maior acesso à informação, possuem mais familiaridade com os processos institucionais e geralmente dominam melhor os canais de comunicação e escuta pública. Isso não é somente no nível de instrução, também podemos chamar de capital cultural e político", pontuou.

**AUDIÊNCIA** Estava prevista para ontem a realização de uma audiência pública sobre o PPA no Salão Vermelho do Paço Municipal, entre 18h e 21h, mas ela não aconteceu devido a um protesto realizado em frente à sede da Prefeitura, o que inviabilizou o evento.

Segundo a Secretaria de Finanças, o cancelamento do encontro foi necessário para garantir a segurança de todos. Ainda não há uma nova data para a realização da audiência.

Ainda de acordo com a Finanças, o encontro tem como objetivo dar mais transparência à elaboração do projeto e coletar contribuições da população.

**Site:** <https://correiodigital.rac.com.br/index.php>

# IOF: o imposto camaleônico que afeta seu bolso-e o país (Artigo)

**José Antonio Khattar**

José Antonio Khattar - Advogado tributarista e sócio da sociedade Khattar Advogados

O IOF é um imposto extrafiscal de competência da União, previsto no artigo 153, inciso V, da Constituição Federal. Diferentemente da taxa, que exige uma contraprestação direta do Estado, o IOF pode ser cobrado mesmo sem nenhum serviço público prestado. Sua principal finalidade é regulatória, mas o uso arrecadatório-embora secundário em teoria-tem sido cada vez mais evidente.

Recentemente, o governo federal promoveu uma série de ajustes nas alíquotas do IOF com o objetivo declarado de elevar a arrecadação e conter a evasão de divisas. Contudo, a resposta dos mercados e do Congresso Nacional obrigou uma rápida revisão de rota que passou pelos seguintes desdobramentos.

1. Aumento inicial nas alíquotas: Foram anunciados aumentos sobre operações de crédito, transferências internacionais e compras no exterior com cartão. A proposta previa gerar bilhões em arrecadação adicional nos próximos dois anos.

2. Reversão parcial das medidas: A pressão do mercado financeiro, da sociedade civil e de parlamentares levou o governo a recuar. Operações com fundos nacionais no exterior, investimentos e determinadas modalidades de crédito voltaram às alíquotas anteriores ou foram reestruturadas.

3. IOF sobre câmbio: A alíquota geral foi mantida em 0,38%, enquanto compras internacionais com cartão de crédito seguem com 3,5%. Já para remessas ao exterior destinadas a investimentos direto/remessas para PICs (plataforma para pagamentos internacionais), feito por brasileiros, será aplicada a alíquota de 1,1%. Para PJ não enquadrada no Simples Nacional, a alíquota pode chegar até 3,38%, havendo muitas variações.

Há um cronograma de redução escalonada até zerar em 2029, alinhando o Brasil às diretrizes da OECD.

4. Investimentos: A taxa sobre aplicações antes isentas, como alguns títulos no exterior, também foi alterada.

Criou-se uma alíquota unificada para simplificar e uniformizar a cobrança - o que tende a aumentar a carga sobre o investidor comum.

5. STF e o IOF: Em decisão monocrática nesta semana, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, manteve o decreto do Governo Federal sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), em quase sua totalidade.

A única mudança no texto original foi a suspensão da cobrança sobre as operações de "risco sacado" (modalidade em que empresas antecipam o pagamento a fornecedores utilizando seus recebíveis como base).

6. Conclusão: Essas mudanças não afetam apenas grandes investidores. O consumidor médio já sente os efeitos nas compras internacionais, nos financiamentos bancários e até na contratação de seguros. Pequenas e médias empresas que realizam remessas para o exterior- seja para importação ou serviços - passaram a lidar com aumento de custo tributário e incerteza regulatória.

Além disso, a instabilidade nas regras do IOF afugenta investimentos estrangeiros, pois aumenta o chamado "custo Brasil" e reforça a percepção de insegurança jurídica.

A transitoriedade do IOF faz dele um tributo instável, sujeito a vontades políticas e necessidades momentâneas de caixa.

Com a aproximação da **reforma tributária** de 2026, espera-se que esse imposto seja gradualmente absorvido por um sistema mais transparente, com menos distorções e maior previsibilidade.

Uma pergunta que não quer calar: a **reforma tributária** de 2026 é boa para o contribuinte?

É de se presumir que a reforma tende ser positiva no longo prazo, mas exige vigilância e ajustes para evitar distorções no curto prazo.

- Os princípios basilares da reforma são corretos: simplificação, fim da cumulatividade, cobrança no destino e crédito financeiro pleno.

- Reduzirá litígios: mais de 70% das disputas tributárias envolvem **tributos** que serão extintos (ICMS, PIS/Cofins).

- Beneficiará indústria e exportadores: com desoneração plena e ressarcimento automático de créditos.

- Quais seriam os riscos?

- Setores como serviços, agro e profissionais liberais podem sofrer aumento de carga; a transição entre 2026 e 2032 exigirá rigor contábil.

- Carga tributária pode subir se a alíquota do novo IVA for elevada (estimativas entre 25% e 27%).

Mas até que não chegue a reforma, o contribuinte - pessoa física ou jurídica,-precisa estar atento: o IOF é silencioso e afeta profundamente o custo das operações financeiras do dia a dia.

**Site:** <https://correiodigital.rac.com.br/index.php>

# Política de data centers deve custar R\$ 700 bi em isenções tributárias

**Pedro S. Teixeira**  
Lovisi

**Pedro**

Com o objetivo de impulsionar a construção de uma estrutura de processamento de dados para atender às big techs, o Ministério da Fazenda planeja criar um regime tributário especial que reduz a zero a alíquota dos **impostos** federais dos produtos comprados pelas empresas que estiverem construindo data centers no Brasil.

A medida também isenta do imposto de importação os produtos que não são produzidos no país, como os chips da Nvidia, mostra uma minuta da Política Nacional de Data Centers (PNDC) obtida pela Folha. Essas peças são essenciais para desenvolver grandes modelos de inteligência artificial que podem mobilizar investimentos de até R\$ 2 trilhões, segundo o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

De acordo com os números apresentados pelo governo e pelo setor de data centers, a medida provisória que cria o Regime Especial de Incentivos para instalação de Data Centers no Brasil (RE-Data) deve conceder vantagens tributárias de cerca de R\$ 701 bilhões para grandes empresas de tecnologia. O objetivo é gerar divisas com a exportação de serviços e estimular a economia digital do país.

Especialistas em planejamento, porém, têm dúvidas sobre se as empresas estrangeiras trarão propriedade intelectual e pesquisa para o Brasil ou se apenas irão se beneficiar de eletricidade barata e benefícios fiscais. Citam como exemplos históricos negativos a Zona Franca de Manaus e o complexo de fabricação de alumínio no Maranhão.

O texto passou pelos ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e da Fazenda, e agora está no Planalto, que avalia o melhor momento para enviar a proposta ao Congresso. Alterações ainda podem ser feitas na MP.

Haddad divulgou que a medida pode destravar um investimento de R\$ 2 trilhões em data centers nos próximos dez anos.

Segundo três executivos do setor ouvidos pela Folha, a conta é a seguinte: o Brasil teria capacidade de adicionar à sua rede de distribuição mais 10 gigawatts

em projetos de data centers nos próximos dez anos, e a construção de infraestrutura para suportar 1 gigawatt dedicado a computação custa R\$ 50 bilhões, totalizando um investimento de R\$ 500 bilhões.

De acordo com estimativas setoriais, as empresas que contratam data centers precisam investir R\$ 3 em equipamentos para cada R\$ 1 gasto na construção. Por isso, R\$ 1,5 trilhão do valor investido seriam de companhias de tecnologia estrangeiras comprando peças, principalmente importadas.

Na prática, as indústrias brasileiras constroem o prédio, o sistema elétrico e parte do sistema de refrigeração, e as big techs cuidam dos computadores e da rede. As obras só começam depois que o fornecedor de processamento de dados fecha contrato com a cliente, que costuma ser uma big tech, diz Wilson Laia, conselheiro da IDCA (Autoridade Internacional de Data Centers). "Um data center deve ser construído de acordo com a demanda e especificações do cliente."

Hoje, a importação de chips de ponta necessários nos complexos de processamento de dados mais modernos paga 52,7% de **impostos**, diz o CEO da Elea Data Centers, Alessandro Lombardi. Essa barreira tributária, afirma ele, paralisou os investimentos em grandes projetos voltados à inteligência artificial.

O governo federal recolhe, hoje, imposto de importação, PIS, Cofins e IPI, que somam uma alíquota de 46,75%. A MP prevê isenção desses quatro **impostos** -ou seja, o governo abriria mão de R\$ 701 bilhões em arrecadação.

O imposto de importação não tem fim arrecadatário e está livre da exigência de compensação, de acordo com o economista Bruno Carazza. Em vista disso, o gasto tributário ficaria em R\$ 401 bilhões.

O assessor-especial da Fazenda Igor Marchesini, que formulou a medida, argumenta que não é preciso haver uma compensação direta desse subsídio, uma vez que a medida seria um simples adiantamento dos efeitos da **reforma tributária**. Isso porque a nova legislação prevê um mecanismo de reembolso da cobrança de imposto sobre imposto que ocorre quando os **tributos** incidem na venda do serviço.

Ainda segundo o assessor, a alíquota sobre a compra das peças seria cobrada duas vezes -da gestora do data center e do cliente. "Se a gente pudesse pular para 2033, não precisava de política da Fazenda, porque a gente estaria, de fato, desonerando todo o investimento em ativos", diz Marchesini.

Enquanto o projeto não é aprovado, só avançam no país os projetos de grandes data centers programados para zonas de processamento de exportação (ZPEs), onde já há isenção dos **impostos** de importação. Na segunda-feira (21), o governo publicou no Diário do Oficial da União uma medida provisória que obriga novos projetos em ZPEs a contratarem apenas energia renovável.

Além de um data center da Casa dos Ventos, construído para o TikTok e localizado na ZPE de Pecém, as americanas Optimus Technology Datacenter e RT One também escolheram locais que pleiteiam a criação de ZPEs junto ao governo federal para se instalarem no país -o estado de Sergipe e o município de Maringá respectivamente.

Esse modelo concentrado em ZPEs, no entanto, pouco agrega à soberania digital do Brasil. Isso porque as empresas de serviços, como são classificados os data centers, só podem vender para outros países; ou seja, os data centers instalados em ZPEs não poderão hospedar dados gerados no Brasil -portanto, não diminuirão o déficit de processamento de dados do país, que hoje está em 60% da carga digital.

"A questão da soberania digital não será equacionada [com data centers em ZPEs], mas esse é um programa de atração de investimento nacional", diz Wallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Mdic.

A chegada desses data centers tem potencial de alterar o perfil da balança comercial do país, hoje deficitária em serviços, afirma o secretário.

Parte dos técnicos do governo defendeu que a MP fixasse uma fatia dos serviços para o mercado local, mas esse trecho não entrou na minuta da PNDC. O texto final apenas cita o objetivo de diminuir o atual déficit de serviços digitais no país.

Especialistas em política tecnológica e planejamento levantam dúvidas se as empresas estrangeiras conseguirão dar um impulso no desenvolvimento do país, devido ao histórico de medidas do tipo frustradas no passado.

De acordo com o coordenador da área de humanidades do C4AI (Center for Artificial Intelligence)

da USP, o professor Glauco Arbix, o projeto traz riscos em quatro frentes: abastecimento de água e energia, sobrecarga na transmissão de dados e qualidade do investimento externo.

De acordo com o anteprojeto da PNDC, o governo tenta resolver as questões ambientais com condicionantes de eficiência na gestão de recursos hídricos e energéticos. Por exemplo, todos os data centers beneficiados teriam que usar energia renovável.

Por outro lado, ainda faltam mecanismos para garantir a qualidade do investimento, de acordo com Arbix.

A ideia do governo com o programa é recolher 2% dos valores importados para o FNDIT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico), que reúne recursos privados sob gestão do BNDES para diminuir o risco de financiamento de projetos de inovação. Como o banco estatal entra com uma parte do investimento, a empresa por trás do projeto fica menos exposta em caso de fracasso.

Para Arbix, o governo deve melhorar a supervisão da concessão de subsídios para o setor de data centers e para as startups remuneradas pelo FNDIT a fim de que o plano funcione. "É preciso acompanhar os projetos das empresas que aceitaram os incentivos."

O especialista recorda, por exemplo, que a política de semicondutores sancionada em 2007 não teve o efeito previsto sobre o parque de tecnologia digital brasileiro. As multinacionais que vieram para a Zona Franca de Manaus, diz Arbix, limitam as suas atividades no país à montagem dos aparelhos.

Outro exemplo negativo, de acordo com o professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia e Ambiente da USP, é o complexo de fabricação de alumínio em Pará e Maranhão, que se construiu tendo como alicerce a usina hidrelétrica de Tucuruí.

"Houve muitos impactos ambientais, nenhum desenvolvimento da região da usina, poucos empregos nas indústrias, e todo valor agregado foi para o exterior com o uso do alumínio", avalia Sauer.

Sem um plano de desenvolvimento e reindustrialização, Sauer avalia que existe o risco de o complexo de data centers seguir pelo mesmo caminho. "Vamos repetir o erro?", questiona.

A chegada de grandes data centers ao país também tende a tensionar a rede elétrica.

Devido à enorme quantidade de placas solares instaladas principalmente no Nordeste e no norte de

Minas Gerais, o Brasil tem hoje excesso de geração de eletricidade durante tardes ensolaradas, mas quando o sol se põe o ONS (Operador Nacional do Sistema) precisa acionar termelétricas movidas a gás natural, carvão e óleo diesel - combustíveis poluentes - para atender o consumo.

Por isso, como os data centers têm consumo constante de energia ao longo de todo o dia, o Brasil teria que expandir sua capacidade instalada de termelétricas para abastecer as novas estruturas de processamento de dados. Uma alternativa a isso seria intensificar o processamento de dados em momentos de excesso de geração de energia e reduzir durante picos de consumo, cenário improvável para um data center.

"À medida que você aumenta a demanda por renováveis de forma constante, você continua tendo necessidade de capacidade firme. Por isso, a forma em que a demanda pode ter um papel diferenciado para reduzir o excesso de energia é ter um perfil de consumo mais próximo da geração", diz Rodrigo Borges, diretor-líder da Aurora Energy Research no Brasil.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/politica-de-data-centers-deve-custar-r-700-bi-em-isencoes-tributarias.shtml>**

# Tarifas podem tirar R\$ 175 bi da economia

» **RAFAELA GONÇALVES**

A tarifa de 50% sobre produtos brasileiros anunciada pelos Estados Unidos deve custar até R\$ 175 bilhões ao Brasil, segundo a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Um estudo da entidade projeta retração de 1,49% no Produto Interno Bruto (**PIB**) e perda de mais de 1,3 milhão de empregos, caso a medida, prevista para entrar em vigor em 1º de agosto, seja mantida.

Em um cenário hipotético de retaliação, no qual o Brasil impo-nha uma tarifa equivalente de 50% sobre as importações dos Estados Unidos, o impacto econômico seria ainda mais severo. A estimativa é de uma queda de R\$ 259 bilhões no **PIB** brasileiro (2,21%), com a eliminação de cerca de 1,9 milhão de empregos, redução de R\$ 36,18 bilhões na massa salarial e perda de R\$ 7,21 bilhões em arrecadação tributária.

Os EUA são atualmente o segundo principal destino das exportações brasileiras, atrás apenas da China. Em 2024, o Brasil exportou aproximadamente US\$ 40,4 bilhões para o mercado americano - o equivalente a 1,8% do **PIB** nacional. Os principais itens exportados incluem combustíveis minerais, ferro e aço, máquinas e equipamentos mecânicos, aeronaves e café.

"Os Estados Unidos são um parceiro tradicional do Brasil. Do ponto de vista geográfico, faz todo

sentido que nossas economias mantenham um fluxo de comércio ativo e complementar e, no nosso entendimento, ambos os países perdem muito com a medida" destacou o presidente da entidade, Flávio Roscoe.

A federação considera que o governo brasileiro deve atuar com

firmeza, mas por meio do diálogo diplomático, para evitar a aplicação das tarifas, proteger os empregos e salvaguardar a competitividade da indústria nacional. "Responder com a mesma moeda pode gerar efeitos inflacionários no Brasil, por isso, o caminho mais inteligente é a diplomacia" alertou Roscoe.

Setores vulneráveis

Setores estratégicos da economia brasileira, como o agro-negócio, a siderurgia e a indústria de transformação, estão entre os mais vulneráveis, por

dependerem fortemente das exportações. Responsáveis por sustentar

cadeias produtivas inteiras e por gerar milhões de empregos, esses segmentos podem sofrer retrações que não só afetariam a produção, mas também agravariam o desemprego em várias regiões do país.

Para as empresas que atuam nessas áreas, o cenário se tornaria

ainda mais desafiador, com aumento de custos, perda de competitividade no mercado internacional e risco crescente de cancelamento de contratos e parcerias no exterior.

Theo Braga, CEO da SME The New Economy, destaca que o impacto sobre o **PIB** brasileiro pode alcançar cifras bilionárias, com efeitos que vão muito além da queda nas exportações. O cenário, de acordo com ele, escancara a vulnerabilidade da economia nacional frente a choques externos. "Retaliações comerciais podem soar como respostas firmes, mas geralmente geram mais incertezas do que resultados práticos, especialmente para quem empreende ou tenta crescer em um ambiente já instável", alerta.

Além disso, segundo ele, a instabilidade provocada por disputas tarifárias tende a reduzir o apetite por investimentos e estreitar ainda mais o acesso ao crédito, já pressionado pelos juros elevados no Brasil. No fim das contas, Braga afirma que o impacto recai sobre o consumidor.

O aumento das tarifas eleva o custo dos insumos e reduz a oferta de produtos, pressionando a **inflação** e comprometendo o poder de compra das famílias. "O consumidor sente os efeitos por meio da **inflação** de custos, da retração do mercado e da alta do desemprego, sobretudo em setores que demandam muita mão de obra" explica.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/07/23/all.pdf>

# Frutas estão até 30% mais caras nas feiras de Belém

As frutas regionais estão mais caras, informa o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará (Dieese/PA). Os reajustes de preços no primeiro semestre deste ano chegam a mais de 30%. O levantamento divulgado ontem (22) considera as principais feiras livres e mercados municipais de Belém, como Ver-O-Peso,

São Brás, Guamá, Juru-nas, Porto da Palha, Batista Campos, Terra Firme, 25 de Setembro, Pedreira, Telégrafo, Tavares Bastos, Entroncamento, Barreiro e Icoaraci.

O balanço comparativo de preços do primeiro semestre (janeiro a junho/2025) mostra que as maiores elevações de preços foram observadas na pupunha, com reajuste de 33,8%, seguido do biri-ba, com alta de 31,3% e cupuaçu, com aumento de 30,1%, sendo estas as

três maiores subidas entre oito frutas pesquisadas, incluindo também piquiá, manga regional, graviola, uxi e bacuri.

De acordo com o Dieese/PA, as flutuações e variações de preços das chamadas frutas regionais do Pará podem ser influenciadas por diversos fatores, como a época do ano, a oferta, a demanda e as condições climáticas. As frutas típicas da região podem ainda ter preços diferentes, dependendo da colheita,

origem e disponibilidade. Além disso, os preços também podem variar entre os locais de comercialização, refletindo com isso as particularidades na formação de preço em cada fruta.

O supervisor do Dieese/PA, Everson Costa, destaca que as frutas regionais não possuem produção industrial, sendo grande parte produzida de forma artesanal ou familiar, o que acaba não conseguindo dar conta da demanda inter-

na, podendo também trazer **inflação** maior para essas frutas.

"Para quem trabalha com esses produtos, do ponto de vista de atividades comerciais, a busca por outros fornecedores vai ser fundamental para que não falte o cupuaçu, a manga, o bacuri e demais itens regionais para que sejam garantidos não só aos paraenses, mas

principalmente para essa demanda externa que deverá se elevar ainda mais por conta da COP 30."

**Site:**

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3195#book/>

# Inflação começa a ceder para mais pobres

Após sequência de altas, a queda dos preços de parte dos alimentos começa a aliviar a **inflação** das famílias mais pobres no país. Enquanto isso, os serviços ainda pressionam os custos da cesta de consumo dos brasileiros que pertencem a faixas de renda mais elevadas.

E o que aponta a pesquisadora Maria Andreia Parente Lameiras, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a partir de levantamento mensal do órgão sobre o tema.

"Quando a gente passar por dezembro e olhar o que foi o ano de 2025, provavelmente as famílias de renda mais alta vão estar com uma **inflação** maior. Vão estar sentindo mais a pressão de serviços e vão estar se beneficiando menos da desaceleração dos preços dos alimentos", afirma.

O estudo do Ipea que mede a **inflação** por faixa de rendimento divide as famílias em seis grupos de acordo com os respectivos ganhos mensais. São eles: renda muito baixa, baixa, média-baixa, média, média-alta e alta.

**Site:**

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3195#book/>

# Com juro alto e clima ruim, agro recorre à recuperação judicial

## **SIMON NASCIMENTO**

Desafio. Serasa aponta 389 solicitações no primeiro trimestre, alta de 21% ante o mesmo período de 2024

Afetados por uma taxa de juros crescente - atualmente em 15% ao ano - e pelos prejuízos provocados por questões climáticas, produtores rurais e empresas do agronegócio convivem com dívidas que fizeram saltar o número de pedidos de recuperação judicial (FJ) no setor. Dados da Serasa Experian mostram que, no primeiro trimestre de 2025, os pleitos no país cresceram 21,5% na comparação com o mesmo período de 2024 e totalizaram 389 solicitações.

As dificuldades financeiras se dão em um segmento que registrou alta de 12,2% no Produto Interno Bruto (**PIB**) nos primeiros três meses do ano, respondendo por R\$ 233,86 bilhões no período. O valor representa quase 8% do total nacional. Conforme a Serasa, o principal afetado é o produtor rural, ou seja, pessoa física que não trabalha com empresa estabelecida. Nesse caso, foram 195 processos de RJ no país, o que corresponde à metade dos pedidos nos primeiros três meses do ano.

Minas Gerais é o segundo estado com mais requisições de recuperação (51), atrás apenas do Mato Grosso (77). O head de agronegócio da Serasa Experian, Marcelo Pimenta, diz que, além de questões econômicas do país, as oscilações nos preços das commodities no mercado internacional e oferta de crédito mais criteriosa estão por trás das dificuldades financeiras vivenciadas no setor.

Segundo ele, muitos produtores enfrentam custos altos, prazos longos para receber, exigência de mais garantias e dificuldades na rolagem de dívidas. "São fatores que pressionam o caixa e reduzem as margens para manobras. No entanto, é fundamental considerar que o número absoluto de solicitações segue sutil frente ao universo de cerca de 1,4 milhão de produtores que tomaram crédito rural no país nos últimos dois anos", esclarece.

Pimenta salienta ainda que as pessoas físicas tem situação mais delicada. "É um perfil que costuma operar com margens mais estreitas, pois, além dos custos da atividade em si, arca com despesas adicionais, como pagamento pelo uso da terra. Em

cenários de alta volatilidade climática e do crédito, encontram desafios maiores na gestão financeira e no acesso a garantias, o que explica, em parte, a busca por instrumentos de reequilíbrio judicial", explica o especialista.

**DIFICULDADE.** Em nota, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) cita que períodos de estiagem em 2023 e 2024 e episódios de geadas, frio intenso e chuvas de granizo em 2021 e 2022 resultaram em redução nas plantações. "Se há seca, geada, chuva de granizo ou qualquer outro evento climático forte, a produção é reduzida. Com isso, a receita gerada toma-se menor, o que reduz a capacidade de pagamento e de investimento com recursos próprios do produtor rural", afirma.

Como exemplo, a federação relembra que, em 2023, houve uma longa estiagem, o que reduziu a produção. "No mesmo período, os preços dos produtos agropecuários estavam reduzidos", ilustra. Também ocorreram, conforme a Faemg, fechamentos repentinos de mercado no exterior, comprometendo exportações.

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/login>